

# PBH ATIVOS S.A.

Relatório de revisão das informações contábeis  
intermediárias

Referente ao 1º semestre do exercício de 2024.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem

**PBH ATIVOS S.A.**

Informações Contábeis Intermediárias

Em 30 de junho de 2024

**Conteúdo:**

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Balanço Patrimonial

Demonstrações do Resultado

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às informações contábeis intermediárias

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

**Aos**

**Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da  
PBH ATIVOS S.A.  
Belo Horizonte – MG**

### **Introdução**

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da PBH ATIVOS S.A. (“Companhia”), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstrações Intermediárias. Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4), aplicável à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias.

## Ênfase

### Aplicações vinculadas

Chamamos a atenção para a informação, nas notas explicativas nº 7 e nº 11, de que o contrato das debêntures de 2ª emissão da PBH Ativos teve seu cronograma de amortização encerrado em abril de 2021 sem que houvesse quitação integral, em face da medida cautelar proferida pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) no âmbito da Representação 1.024.572 - Apenso 1.031.793. A PBH Ativos mantém saldo em aplicação financeira vinculada ao Banco do Brasil nº 18.120-X no importe de R\$ 6,3 milhões (R\$ 6 milhões em dezembro de 2023), destinado aos pagamentos das parcelas do período de julho/2020 a abril/2021 a favor dos debenturistas de mercado (Debêntures de 2ª Emissão), até o trânsito em julgado da decisão de mérito. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Barueri, 29 de agosto de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico

Eser Helmut Amorim  
Contador CRC SP 307736/O-5

# PBH ATIVOS S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)



<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
	<b>Notas</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>		<b>Notas</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	148.712	102.953	Debêntures	11	6.303	6.056
Aplicações vinculadas	7	6.303	6.056	Fornecedores		63	231
Créditos a receber	4	25.024	24.227	Impostos e obrigações a recolher	12	6.235	395
Impostos a recuperar	5	4.895	4.893	Salários, remunerações e encargos sociais	13	615	559
Antecipação de impostos	6	6.700	-	Provisões trabalhistas	14	911	629
Outros ativos		14	-	Outros passivos		1	1
		<b>191.648</b>	<b>138.129</b>			<b>14.130</b>	<b>7.871</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>				<b>Garantias e cauções passivas</b>			
Créditos a receber	4	161.718	169.345		8.2	8	8
Garantias e cauções	8.1	187.033	185.920	Tributos diferidos	20.1	31.875	32.119
Bens destinados à venda	9	10.010	10.010			<b>31.883</b>	<b>32.127</b>
Imobilizado e Intangível	10	29.680	29.714	<b>Patrimônio social</b>			
		<b>388.441</b>	<b>394.989</b>	Capital social	15.1	314.280	284.280
				Reserva de lucros	15.2	219.796	208.840
						<b>534.076</b>	<b>493.120</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>580.089</b>	<b>533.118</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>580.089</b>	<b>533.118</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

**PBH ATIVOS S.A.**

Demonstrações do resultado do período  
Em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)



	<b>Notas</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>30/06/2023</b>
Receitas	16	6.302	27.772
Custos	17	-	(11.208)
<b>Lucro bruto</b>		<b>6.302</b>	<b>16.564</b>
Despesas com pessoal		(3.227)	(3.306)
Despesas administrativas		(1.970)	(1.843)
Despesas tributárias	18	(1.370)	(8.489)
Outras receitas e despesas operacionais		68	143
		<b>(6.499)</b>	<b>(13.495)</b>
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>-197</b>	<b>3.069</b>
Receitas financeiras		17.092	19.217
Despesas financeiras	19	(295)	(345)
<b>Receitas financeiras líquidas</b>		<b>16.797</b>	<b>18.872</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>16.600</b>	<b>21.940</b>
Imposto de Renda e CSLL	20	(5.888)	(31.887)
Provisão Imposto diferidos	20.1	244	42.760
Reversão crédito fiscal sobre compensação de prejuízo		-	(8.203)
		<b>(5.644)</b>	<b>2.671</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>10.956</b>	<b>24.611</b>
<b>Lucro líquido do período por ação</b>		<b>0,30</b>	<b>0,75</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

---

**PBH ATIVOS S.A.**

Demonstrações do resultado abrangente  
Em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)



---

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
<b>Lucro líquido do período</b>	10.956	24.611
Outros resultados	-	-
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>10.956</b>	<b>24.611</b>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

---

## PBH ATIVOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)



	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros/prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Lucros a destinar		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>		<b>284.280</b>	<b>12.680</b>	<b>183.722</b>	-	<b>480.683</b>
Lucro líquido do período		-	-	-	24.611	<b>24.611</b>
Transferências para reservas		-	1.231	23.380	(24.611)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	(30.000)	-	<b>(30.000)</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2023</b>		<b>284.280</b>	<b>13.911</b>	<b>177.102</b>	-	<b>475.294</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>284.280</b>	<b>14.801</b>	<b>194.039</b>	-	<b>493.120</b>
Integralização de Capital	15.1	30.000	-	-	-	<b>30.000</b>
Lucro líquido do período	15.2	-	-	-	10.956	<b>10.956</b>
Transferências para reservas	15.2	-	548	10.408	(10.956)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2024</b>		<b>314.280</b>	<b>15.349</b>	<b>204.447</b>	-	<b>534.076</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



**PBH ATIVOS S.A.**

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto  
Em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)



	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>10.956</b>	<b>24.611</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades</b>		
Depreciação e amortização	34	24
Variação monetária líquida	(5.122)	(5.282)
Ajuste a valor justo	-	(9.944)
Provisão de Impostos diferidos	(243)	(42.760)
Provisão para contingências	-	983
Créditos fiscais	-	8.203
Juros reconhecidos sobre créditos a receber	-	(672)
	<b>5.625</b>	<b>(24.837)</b>
<b>Aumento líquido/(redução) nos ativos</b>		
Recebimento de créditos	12.200	27.843
Impostos a recuperar	(2)	295
Aplicações vinculadas	(247)	(281)
Antecipação de Impostos	(6.700)	(31.321)
Outros Ativos Circulantes	(14)	0
Realizável a Longo Prazo	(1.113)	(14.711)
	<b>4.124</b>	<b>(18.175)</b>
<b>Aumento líquido/(redução) nos passivos</b>		
Fornecedores	(168)	113
Impostos e obrigações a recolher	5.840	32.014
Obrigações sociais e trabalhistas	56	42
Provisões trabalhistas	282	331
Outros Passivos	-	(164)
	<b>6.010</b>	<b>32.336</b>
<b>Caixa líquido gerado das atividades operacionais</b>	<b>15.759</b>	<b>(10.676)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição imobilizado/intangíveis	-	(132)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>-</b>	<b>(132)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Aumento de capital social	30.000	-
Amortização de debêntures	-	(2.117)
<b>Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos</b>	<b>30.000</b>	<b>(2.117)</b>
<b>(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>45.759</b>	<b>(12.925)</b>
Caixas e equivalentes no início do período	102.953	125.891
Caixas e equivalentes no final do período	148.712	112.966
<b>(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>45.759</b>	<b>(12.925)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

## 1. Contexto operacional

A PBH Ativos é uma sociedade de economia mista, organizada como sociedade anônima de capital fechado, criada em 29 de março de 2011, com prazo de duração indeterminado, sendo o Município de Belo Horizonte/MG o detentor da quase totalidade de suas ações. A principal finalidade da PBH Ativos é titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros; apoiar o município na realização de investimentos em geral e em projetos de concessão ou parceria público-privada, podendo, para isso, fornecer garantias ou assumir obrigações; além de licitar ou realizar obras por meio de convênios ou contratos com órgãos ou entidades da Administração Pública Indireta do Município.

Não foram identificados impactos que requeressem ajustes sobre as Informações Contábeis Intermediárias individuais de 30 de junho de 2024.

## 2. Políticas contábeis

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os princípios, práticas e critérios utilizados são consistentes com aqueles empregados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2023. Dessa forma, essas demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Contábeis Anuais.

As demonstrações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais (moeda funcional da Sociedade), arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.1 Aprovação das demonstrações contábeis intermediárias

A emissão destas demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela administração da PBH Ativos S.A. em 28 de agosto de 2024.

## 3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras. Estão representados pelos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

Em 30 de junho de 2024, os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam os seguintes valores:

Descrição	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e bancos		-	-
Aplicações financeiras	3.1	148.712	102.953
		<b>148.712</b>	<b>102.953</b>

### 3.1 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia incluem fundos de investimento com liquidez e rentabilidade diárias, bem como Certificados de Depósito Bancário (CDB), ambos atrelados à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com remuneração aproximada de 100% do CDI.

Esses investimentos são gerenciados pela Companhia para atender aos seus

compromissos de curto prazo.

#### 4. Créditos a receber

Os direitos e títulos de crédito são mensurados pelo valor original na data do balanço patrimonial. As atualizações e ajustes identificados são registrados nas contas de resultado.

O saldo a receber é decorrente de operações relacionadas aos direitos de crédito junto à Copasa MG e da prestação de serviços para análise de modelagem econômico-financeira e jurídica em contratos de convênios.

Esses créditos são classificados como mantidos até o vencimento, pois não podem ser negociados no mercado devido à sua natureza e origem.

Os saldos em 30 de junho de 2024 são apresentados da seguinte forma:

Descrição	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Copasa MG	4.1	24.880	24.192
Clientes	4.2	144	35
<b>Circulante</b>		<b>25.024</b>	<b>24.227</b>
Copasa MG	4.1	161.718	169.345
<b>Não circulante</b>		<b>161.718</b>	<b>169.345</b>
<b>Total</b>		<b>186.742</b>	<b>193.572</b>

##### 4.1 Créditos COPASA MG a receber

Correspondem a créditos detidos pelo Município de Belo Horizonte/MG perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, transferidos para a PBH Ativos S/A a título de subscrição de capital social realizada em 29 de maio de 2012, com vencimento em junho de 2031.

Esses créditos têm origem em um instrumento contratual celebrado entre o Município de Belo Horizonte, a COPASA MG e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) e do Termo de Reconhecimento de Dívida. A PBH Ativos ofereceu esses créditos como garantia em Parcerias Público-Privadas (PPPs) do Município, sendo que o recebimento dos valores ocorre em contas bancárias com penhor em favor das concessionárias (nota nº 8).

O saldo contábil desses créditos, em 30/06/2024, reflete as amortizações realizadas, bem como as atualizações mensais pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2023	Transferências	Atualizações	Amortização	30/06/2024
<b>Circulante</b>	24.192	12.996	-	(12.308)	24.880
<b>Não Circulante</b>	169.345	(12.996)	5.369	-	161.718
<b>Total</b>	<b>193.537</b>	<b>-</b>	<b>5.369</b>	<b>(12.308)</b>	<b>186.598</b>

Importante destacar que, em 30/06/2024, as parcelas dos créditos devidos pela COPASA estavam adimplentes, em conformidade com os fluxos de garantias dos contratos de PPPs assinados pela Administração Pública Municipal.

## 5. Impostos a recuperar

Referem-se a créditos de PIS/COFINS, INSS e Saldos Negativos de IRPJ e CSLL.

Os valores são demonstrados em 30 de junho de 2024, conforme quadro a seguir:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
INSS	1	1
PIS/COFINS/IRRF	15	3.071
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	4.879	1.821
	<b>4.895</b>	<b>4.893</b>

O aumento do saldo negativo em 2024 é atribuído ao imposto de renda retido sobre as aplicações financeiras em 2023 e que não foram compensados na apuração do IRPJ e CSLL com base em pagamentos estimados. Em julho de 2024, após a transmissão da Escrituração Fiscal Digital (ECF) referente ao ano-calendário de 2023, iniciamos os procedimentos legais para a formalização dos créditos na DCOMP, assim como iniciamos as compensações com débitos fiscais devidos.

## 6. Antecipação de impostos

Em 30 de junho de 2024, a Companhia possui créditos tributários originados por montantes antecipadamente pagos por estimativa de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 6,7 milhões, regulamentados pelos artigos nº 219, 229 e 921 do Decreto nº 9.580/18.

## 7. Aplicações vinculadas

Refere-se à aplicação financeira vinculada ao Banco do Brasil nº 18.120-X, no valor de R\$ 6,3 milhões (R\$ 6 milhões em dezembro de 2023). Essa aplicação é destinada ao pagamento das parcelas devidas aos debenturistas do mercado (Debêntures de 2ª Emissão), referentes ao período de julho de 2020 a abril de 2021, conforme a decisão cautelar nos Autos de Representação nº 1.024.572, que está em tramitação na 1ª Câmara do Tribunal de Contas de Minas Gerais - TCE/MG (nota nº 11 ).

## 8. Garantias e cauções

### 8.1 Garantias e cauções classificadas no Ativo Não Circulante

Representadas por contas aplicações financeiras em fundos de investimentos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal.

São destinadas a prover garantia na Parceria Público Privada (PPP) junto à Secretaria Municipal de Educação para construção das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), prover garantia na PPP da Saúde (UBS) e prover garantia na PPP junto à Secretaria Municipal de Saúde para construção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (HMDCC).

Conforme demonstrado:

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Aplic. Financeira - CEF 3491-8 (EMEIS)	6.964	6.972
Aplic. Financeira - CEF 3791-7 (UBS)	29.994	28.693
Aplic. Financeira - CEF 3483-7 (HMDCC) 8.1.1	150.075	150.255
	<b>187.033</b>	<b>185.920</b>

#### **8.1.1 Aplic. Financeira - CEF 3483-7 (HMDCC)**

A garantia vinculada à aplicação financeira na Caixa Econômica Federal, conta nº 3483-7, é constituída pelo fluxo de créditos a receber da Copasa (conforme nota 4.1).

Em outubro de 2023, o valor alocado nesta aplicação atendeu aos limites estabelecidos para a garantia. Desta forma, o excedente acima desses limites, acumulado de outubro de 2023 até junho de 2024 no valor de R\$ 23,6 milhões foi transferido para a conta da PBH Ativos, ficando disponível para livre movimentação.

#### **8.2 Garantias e cauções classificadas no Passivo Não Circulante**

Os valores indicados no Passivo Não Circulante a título de "Garantias e Cauções" referem-se a cauções contratuais com fornecedores. Em 30 de junho de 2024 é R\$ 8 mil (R\$ 8 mil saldo em dezembro de 2023).

### **9. Bens destinados à venda**

Compreendem terrenos adquiridos em abril de 2012 junto à União por meio de financiamento com a Caixa Econômica Federal, cujo valor de aquisição foi de R\$ 10.010 mil.

Os terrenos foram destinados ao Município de Belo Horizonte, através de um termo de permuta de bens imóveis e cessão de uso gratuito com o Município de Belo Horizonte, realizado em 30 de abril de 2015, para edificação da nova rodoviária da Prefeitura.

Deste modo, considerando o tempo necessário para a conclusão do processo de permuta com o cronograma da referida obra, foi cedido pela Companhia ao Município o uso gratuito dos terrenos até que efetive a permuta por outros imóveis do Município.

Em junho de 2021 foi elaborado um laudo de avaliação dos terrenos do Bairro São Gabriel pelo "Método comparativo direto de dados de mercado", para a definição do valor do imóvel, conforme os termos da NBR 14653. A avaliação foi realizada pela empresa Safira Engenharia Ltda, e como conclusão dos estudos, não houve indicações de perda de valor econômico

Em junho de 2024 foi feita uma avaliação junto com a Subsecretaria da Receita Municipal por meio da metodologia de cálculo do ITBI e a conclusão apresentada é sem indicações de perda de valor econômico.

### **10. Ativo imobilizado e Intangível**

O Ativo Imobilizado é representado por terrenos integralizados em 2014 e 2015, no importe de R\$ 29.426 mil e por bens que contribuem para a realização do objeto social da Companhia.

Os bens corpóreos e os intangíveis são registrados pelo custo de aquisição e são

depreciados e/ou amortizados baseando-se no método linear.

Em 2023, a Companhia contratou uma empresa de serviços técnicos especializado para elaboração de laudo de avaliação dos imóveis urbanos de sua propriedade, utilizando-se como método comparativo direto de dados de mercado - Estatística Inferencial, nos termos da ABNT, concluído em fevereiro de 2023. A avaliação foi realizada pela Engenharia Macluf Ltda ME e a conclusão, pela Companhia, é de que não há necessidade de registro de perdas por desvalorização sobre o montante contabilizado.

Conforme orientação técnica do CPC 01 ("Redução ao Valor Recuperável dos Ativos"), a Companhia de 2018 até o momento avalia internamente se há alguma indicação de que os imóveis de sua propriedade apresentam alguma indicação de desvalorização. A avaliação é feita pela Subsecretaria da Receita Municipal por meio da metodologia de cálculo do ITBI e a conclusão apresentada é sem indicações de perda de valor econômico.

A posição patrimonial da PBH Ativos, em 30 de junho de 2024 é a seguinte:

Descrição	Nota	30/06/2024	31/12/2023
<b>Imobilizado</b>			
Terrenos	10.1	29.426	29.426
Computadores e periféricos		105	125
Móveis e utensílios		42	48
Máquinas e equipamentos		1	2
Benfeitorias		83	88
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>29.657</b>	<b>29.689</b>
<b>Intangível</b>			
Software		23	25
<b>Total do intangível</b>		<b>23</b>	<b>25</b>
<b>Total do ativo imobilizado e intangível</b>		<b>29.680</b>	<b>29.714</b>

A movimentação do ativo imobilizado e Intangível pode ser assim demonstrada:

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Depreciação	Aquisições	Saldo em 30/06/2024
Terrenos	29.426	0	0	29.426
Comp. e perif.	125	20	0	105
Móveis e utensílios	48	6	0	42
Máq. e equip.	2	1	0	1
Benfeitorias	88	5	0	83
Software	25	2	0	23
<b>Total</b>	<b>29.714</b>	<b>34</b>	<b>0</b>	<b>29.680</b>

## 10.1 Terrenos

Os Terrenos são classificados como Ativo Imobilizado considerando a revogação do processo licitatório nº 01.047.202/15-56 para alienação dos terrenos, conforme consta em Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia na data 30 de março de 2017, sem previsões de alienação.

## 11. Debêntures - 2º Emissão

Constituídas por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de Direitos Creditórios Autônomos, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

Na data da emissão, 15 de abril de 2014, correspondiam a 2.300 debêntures com valor unitário de R\$ 100 mil, no montante total de R\$ 230 milhões, com prazo de vencimento em 15 de abril de 2021. Em 09 de maio de 2016 foi celebrado o terceiro aditamento com alterações no cronograma de amortização das Debêntures, modificando os percentuais de amortização previstos para os meses de maio de 2016 a abril de 2021.

As debêntures foram atualizadas mensalmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e sujeitas a pagamentos mensais de amortização e juros à taxa de 11% ao ano até o vencimento.

Os saldos contábeis foram reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e posteriormente mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O cronograma de amortização das debêntures de 2ª emissão da PBH Ativos foi encerrado em abril de 2021, porém, a quitação integral não foi realizada devido a uma medida cautelar proferida pelo Tribunal Pleno do TCE/MG na Representação 1.024.572 - Apenso 1.031.793 (conforme nota 11.1).

As parcelas devidas e não pagas de julho de 2020 a abril de 2021 estão retidas na conta nº 18.120-X, agência 1615-2, do Banco do Brasil ("contas de Pagamento"), conforme decisão do TCE, resultando em um saldo de R\$ 6,3 milhões em 30 de junho de 2024 (R\$ 6,0 milhões em dezembro de 2023 – nota nº7).

### 11.1 Informação sobre acórdão TCE-Representação 1.024.572

Em 17 de junho de 2020, o acórdão do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) referendou a medida cautelar proferida no âmbito da Representação 1.024.572 (Apenso 1.031.793) que discute, dentre outros pontos, aspectos da "Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-conversíveis, com Garantia Real, em Série Única, Com Esforços Restritos de Colocação" realizada pela Companhia. A Emissora foi intimada acerca do acórdão no sentido de que fosse suspenso, em caráter acautelatório, o pagamento das parcelas diretamente aos debenturistas de mercado e de que tais valores fossem depositados numa conta apartada com aplicação financeira de liquidez diária.

No referido acórdão, determinou-se que o Banco Centralizador e o Agente Fiduciário adotassem medidas para o cumprimento do acima citado, de acordo com o prazo de amortização previsto no cronograma da operação, até a superveniência da decisão definitiva pelo Tribunal.

Na oportunidade, o Tribunal de Contas afastou a possibilidade de o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora em razão dessa decisão. Além de ter frisado que as determinações expedidas ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário proíbem a interrupção de qualquer transferência para a conta

de livre movimentação e a retenção de valores das contas vinculadas.

A PBH Ativos indicou o domicílio bancário exclusivo para o cumprimento do acórdão, bem como o Agente Fiduciário e Banco Centralizador cumpriram o determinado pelo Tribunal, já a partir da parcela subsequente, de julho de 2020.

Em 03 de maio de 2023, o acórdão, analisando o mérito das Representações, foi publicado pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG). O julgamento afastou eventual dano ao erário e ofensa ao princípio da economicidade, de modo que os recursos poderiam ser levantados pelo debenturista de mercado. Opostos Embargos de Declaração, referido acórdão foi parcialmente reformado e publicado em 06 de setembro de 2023. Atualmente aguarda o julgamento dos Recursos Ordinários interpostos, ainda pendentes de julgamento na data de fechamento destas demonstrações.

## 12. Impostos e obrigações a recolher

Os saldos referentes aos Impostos e Obrigações a Recolher são apresentados conforme quadro a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
CSLL	1.562	0
IRPJ	4.326	0
PIS/COFINS Receita Financeira	177	183
PIS/COFINS/CSLL/ISS a recolher	18	15
IRRF	152	197
	<b>6.235</b>	<b>395</b>

Os saldos de IRPJ e CSLL em 30/06/2024 são apurados mensalmente para efeito de suspensão/redução do pagamento, sendo devidos no final do exercício de 2024, os quais serão compensados com os pagamentos antecipados destacados na Nota Explicativa nº6.

### 12.1 Compensação dos débitos de estimativas de IRPJ e CSLL do ano de 2018.

Em agosto de 2018 foi impetrado pela Companhia o Mandado de Segurança nº 1009059-46.2018.4.01.3800, com pedido de liminar, em decorrência da publicação da Lei Federal nº 13.670/2018, que restringiu os contribuintes de utilizarem os créditos de saldos negativos de IRPJ e CSLL por meio de compensação (PER/DCOMP) de tributos federais estimado.

O Mandado de Segurança baseia-se nos princípios da segurança jurídica, com o intuito de que possa compensar os débitos IRPJ e CSLL desde o mês de maio de 2018.

Em 10 de agosto de 2018 foi concedido à Companhia liminar para suspender a exigibilidade do inciso IX do parágrafo 3º do artigo 74 da Lei 9.430/96, na redação da Lei 13.670/2018, autorizando a utilização dos créditos de Saldos Negativos de IRPJ e CSLL para compensação dos débitos de IRPJ e CSLL até o mês de dezembro daquele ano.

Foram compensados por meio de formulários os débitos de IRPJ (R\$ 3,6 milhões e CSLL (1,4 milhões) com os créditos de saldo negativo.

Os Autos foram então remetidos ao TRF1 (Tribunal Regional Federal de 1ª Região) e aguarda despacho decisório desde 16/08/2019.



Os assessores jurídicos da Companhia entendem que a probabilidade de perda é possível (nota 21).

### 13. Salários, remunerações e encargos sociais

Em 30 de junho de 2024, o saldo da conta de salários, remunerações e encargos sociais estão assim demonstrados:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Ordenados e salários	413	363
FGTS a recolher	34	48
INSS e RPPS a recolher	168	148
	<b>615</b>	<b>559</b>

### 14. Provisões trabalhistas

Os saldos das provisões são apresentados no quadro a seguir:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para Férias e 13º salário	674	465
Encargos s/ Prov. de Férias e 13º salário	237	164
	<b>911</b>	<b>629</b>

### 15. Patrimônio líquido

#### 15.1 Capital social

Em janeiro 2024, os acionistas integralizaram um aumento de capital social no valor de R\$ 30 milhões, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2023 e da Ata da Reunião do Conselho de Administração de 20 de dezembro de 2023.

O valor integralizado corresponde à distribuição de juros sobre capital próprio (JSCP) do exercício de 2023, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2023 (conforme o artigo 9º, parágrafo 7º da Lei Federal nº 9.249/95), cujo pagamento aos acionistas ocorreu em dezembro de 2023.

Como resultado, em 30 de junho de 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 314,28 milhões (R\$ 284,3 milhões em 31/12/2023), representado por 36.332.983 ações ordinárias (32.851.182 em 31/12/2023).

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Integralização de Capital	Saldo em 30/06/2024
Capital social	284.280	30.000	314.280
Total	<b>284.280</b>	<b>30.000</b>	<b>314.280</b>

## 15.2 Reservas

### a) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

### b) Reserva de lucros

Composto pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício subtraído da reserva legal. Nos termos do inciso III do parágrafo 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, a proposta da atual administração é destinar a retenção de todo o lucro líquido incorrido até o presente exercício para Reserva de Lucros a Destinar, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária.

## 16. Receitas

Em 30 de junho de 2024 as receitas da Companhia são compostas pelos seguintes valores:

Descrição	Nota	30/06/2024	30/06/2023
Juros	16.1	-	672
Atualização de Créditos	16.2	5.369	16.771
Ajuste a valor justo	16.1	-	9.944
Prestação de Serviços	16.3	1.081	447
<b>(-) Deduções</b>			
ISSQN / PIS / COFINS / Desc. Incondicionais		(148)	(62)
		<b>6.302</b>	<b>27.772</b>

### 16.1 Juros auferidos e Ajuste a valor justo

Correspondiam aos juros incidentes sobre os Direitos de Créditos Autônomos cedidos pelo Município de Belo Horizonte em 1º de abril de 2014, com valor nominal de R\$ 880,32 milhões. Esses juros foram reconhecidos pelo regime de competência utilizando o método da taxa efetiva de juros, que desconta os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida do ativo financeiro.

Dadas as características específicas desses créditos, a Companhia reconheceu como Ajuste a Valor Justo a diferença entre os valores apontados nos relatórios emitidos pela Secretaria Municipal de Fazenda - SMFA e o valor registrado contabilmente.

Em abril de 2023, a carteira dos Direitos Creditórios foi utilizada para quitar o saldo devedor das Debêntures Subordinadas, conforme a Escritura de 1ª Emissão, com vencimento em 3 de abril de 2023 e o saldo credor remanescente, de R\$ 11,1 milhões, liquidado em 30 de junho de 2023, conforme o "Termo de Mútua Quitação Referente à Cessão de Direitos de Créditos Autônomos Pelo Município e às Debêntures Subordinadas Emitidas Pela PBH Ativos S.A."

### 16.2 Atualização de créditos

Decorrem, principalmente, da atualização do saldo dos créditos relativos ao Convênio COPASA-MG (vide notas 4.1).

### 16.3 Prestação de Serviços

Receitas de prestação de serviços para análise de modelagem econômico-financeira e jurídica para os contratos de convênios.

## 17. Custos

São reconhecidos como custos operacionais os valores incorridos na operação das Debêntures.

Em 30/06/2024 os custos são compostos pelo seguinte valor:

Descrição	Nota	30/06/2024	30/06/2023
Atualização s/ Debêntures	17.1	-	(11.208)
		-	<b>(11.208)</b>

### 17.1 Atualização s/ Debêntures

Referem-se à atualização monetária sobre o saldo devedor das debêntures da 1ª Emissão, cujo cronograma de pagamento foi encerrado em abril de 2023. O saldo devedor foi quitado no vencimento por meio da dação em pagamento da carteira dos Direitos Creditórios, conforme estipulado na cláusula 4.5.3 da Escritura de 1ª Emissão.

## 18. Despesas tributárias

As despesas tributárias da Companhia em 30 de junho de 2024 estão assim demonstradas:

Descrição	Nota	30/06/2024	30/06/2023
PIS/COFINS Receita Financeira		(1.079)	(7.232)
Processos fiscais	18.1	-	(983)
IPTU		(290)	(273)
Outros		(1)	(1)
		<b>(1.370)</b>	<b>(8.489)</b>

### 18.1 Processos fiscais

No Mandado de Segurança nº 0014187-35.2016.4.01.3800, distribuído em 14 de março de 2016, a Companhia questionava a validade do Decreto nº 8.426/15, que aumentou a alíquota da Contribuição para PIS/COFINS sobre receitas financeiras de 0% para 4,65% para pessoas jurídicas no regime de apuração não cumulativa. A Companhia começou a recolher esses tributos através de depósitos em juízo a partir de 18 de março de 2016, após a concessão da liminar.

Com a denegação do Mandado de Segurança em 28 de agosto de 2018, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o litígio como perda provável, resultando na constituição de uma provisão de contingência equivalente ao valor do depósito judicial.

Em 2023, com base na decisão do Recurso Extraordinário 1.043.313/RS - Tema 939 da

Repercussão Geral e da ADIn 5.277/DF, a Companhia solicitou a desistência do Mandado de Segurança em março de 2023. A desistência foi homologada no mesmo período, e o trânsito em julgado foi certificado em 24 de abril de 2023.

## 19. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro da Companhia em 30 de junho de 2024 está assim demonstrado:

<b>Composição</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>30/06/2023</b>
Receitas c/ aplicações financeiras	17.089	19.213
Outras receitas financeiras	3	4
<b>Total Receitas Financeiras</b>	<b>17.092</b>	<b>19.217</b>
Comissões despesas bancárias	(47)	(45)
Variação monetária	(247)	(281)
IOF	(1)	(19)
<b>Total Despesas Financeiras</b>	<b>(295)</b>	<b>(345)</b>
<b>Resultado Financeiro do Período</b>	<b>16.797</b>	<b>18.872</b>

## 20. Impostos de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota o regime de apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com base no Lucro Real anual, calculado mensalmente para efeitos de suspensão ou redução do pagamento.

O IRPJ é calculado com uma alíquota de 15% sobre o lucro líquido, acrescida de um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$ 240 mil. A CSLL é calculada com uma alíquota de 9% sobre o lucro tributável do exercício corrente.

Ambos os tributos consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitadas a 30% do lucro real.

Receitas não efetivamente realizadas no período são excluídas da base de cálculo para fins de apuração. Assim, os tributos definitivos são determinados ao final do exercício, conforme detalhado a seguir:

<b>Composição</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>30/06/2023</b>
Resultado Contábil	10.956	24.611
Provisões não dedutíveis	(244)	(41.778)
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>10.712</b>	<b>(17.167)</b>
(+) Adições	12.013	192.595
(-) Exclusões	(5.372)	(27.472)
<b>Resultado Fiscal</b>	<b>17.353</b>	<b>117.955</b>
(-) Comp. Prejuízo/Base Negativa de Exerc. Anteriores	-	(24.127)
<b>Base de Cálculo</b>	<b>17.353</b>	<b>93.828</b>
IRPJ	(4.326)	(23.445)
CSLL	(1.562)	(8.445)
<b>IR/CSLL corrente</b>	<b>(5.888)</b>	<b>(31.887)</b>

## 20.1 Provisão de imposto de renda e contribuição social sobre receita não realizada

Conforme os incisos "a" e "b" do artigo 3º do Decreto nº 1.578/77, atualizado pelo Decreto nº 1.698/78, e de acordo com o artigo 10º da IN nº 21/79 e da IN nº 1.700/2018, a Companhia realiza o diferimento do IRPJ e da CSLL sobre as receitas não realizadas, incluindo a atualização monetária do saldo devedor da COPASA e os juros compensatórios, bem como a atualização monetária sobre o saldo devedor dos Direitos Creditórios Autônomos.

Em 30 de junho de 2024, foram contabilizadas provisões de imposto de renda e contribuição social diferida sobre a receita financeira não realizada no período:

<b>IRPJ e CSLL diferidos (em milhares de Reais)</b>	<b>IRPJ e CSLL Provisionado (R\$)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>76.172</b>
IRPJ e CSLL s/ Receita não realizada COPASA	586
IRPJ e CSLL s/ Rec. não realizada Dir. Creditórios	(43.346)
<b>Saldo em 30 de junho de 2023</b>	<b>33.412</b>
IRPJ e CSLL s/ Receita não realizada COPASA	(1.293)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>32.119</b>
IRPJ e CSLL s/ Receita não realizada COPASA	(244)
<b>Saldo em 30 de junho de 2024</b>	<b>31.875</b>

## 21. Outras demandas Judiciais

O processo de identificação, classificação e avaliação de riscos dos processos judiciais é realizado pelos Assessores Jurídicos da Companhia com o acompanhamento, participação e monitoramento da Diretoria e do Conselho de Administração.

- **Mandado de Segurança - 1009059-46.2018.4.01.3800 (Natureza tributária)**

Trata-se de Mandado de Segurança em que a PBH ATIVOS pede a concessão da segurança para que reste reconhecido o seu direito de poder quitar débitos de IR e de CSLL sem a restrição introduzida pelo inciso IX do §3º do artigo 74 da Lei 9.430/1996, trazido pela Lei 13.670/2018, ou seja, podendo fazê-lo via compensação, tal qual autorizado antes do advento do referido diploma legal. O valor da causa estimado é de R\$ 9,3 milhões (vide nota 12.1).

Autos conclusos, desde 31/08/2019, para o julgamento da apelação interposta pela União, face a sentença que prolatou a procedência parcial do pedido: "Em face do exposto, confirmo a liminar e concedo parcialmente a segurança para declarar o direito da impetrante à compensação de créditos de IRPJ e CSLL apurados por estimativa mensal ao longo do exercício financeiro de 2018, e afastar a vedação contida no art. 6º da Lei 13.670/18, do inciso IX do parágrafo 3º do art. 74 da Lei 9.430/96 apenas em relação a tal exercício. Restituirá a União as despesas processuais gastas pela impetrante. Sem honorários, na forma do art. 25 da Lei 12.016/09."

- **Ação Civil Pública - 5180356-63.2018.8.13.0024- (Natureza Cível)**

Trata-se de ação sobre Concurso Público, que foi ajuizada pela candidata alegando suposto preterimento no chamamento público do 1º Concurso Público da PBH Ativos. Vaga reservada para eventual posse. Valor da causa: R\$ 75 mil.

Em 15/02/2024, foi proferida a sentença julgando improcedente o pedido formulado pela Autora e revogando a decisão que havia concedido a tutela antecipada favorável à candidata. A decisão é passível de recurso.

O desfecho dessas ações judiciais discutidas pela PBH Ativos em juízo ainda é considerado pelos assessores jurídicos como perda possível.

O processo de identificação, classificação e avaliação de riscos dos processos judiciais é realizado pelos Assessores Jurídicos da Companhia com o acompanhamento, participação e monitoramento da Diretoria e do Conselho de Administração.

## **22. Ativos e passivo financeiros**

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são os Créditos a Receber da Copasa (nota 4.1).

O valor justo desses instrumentos é considerado equivalente aos saldos contábeis visto que esses créditos foram oferecidos como garantia em contratos de PPP e, devido à sua natureza, não podem ser negociados no mercado.

## **23. Transações com partes relacionadas**

As operações entre partes relacionadas referem-se aos contratos de penhor vinculados às PPPs da Saúde e da Educação, conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 4 e 8. Essas operações foram conduzidas em condições de mercado, observando as normas legais aplicáveis à PBH Ativos.

## **24. Eventos subsequentes**

A administração reconhece sua responsabilidade pela correta apresentação e divulgação das demonstrações contábeis intermediárias e declara que não houve eventos subsequentes relevantes entre o encerramento do semestre em 30 de junho de 2024 e a data de aprovação dessas demonstrações contábeis intermediárias, em 28 de agosto de 2024.

---

**Pedro Meneguetti**  
Diretor Presidente

---

**Fábio Menezes Resende**  
Contador - CRC/MG 079805/O-8